

O IMPÉRIO E JAIME NOGUEIRA PINTO:
As Direitas Radicais e a Descolonização em África¹
THE EMPIRE AND JAIME NOGUEIRA PINTO:
The Radical Right and the Decolonization in Africa

Tiago Rego Ramalho

RESUMO:

A presente investigação debruça-se, essencialmente, sobre dois grandes eixos. Num primeiro momento, pretendemos apresentar um conjunto de forças políticas que se afirmaram à direita do Estado Novo, e consequentemente, da política ultramarina perpetrada por Salazar. Desse conjunto variado, embora sem uma expressão de maior, emerge a figura de Jaime Nogueira Pinto. Alguém que, pelo seu trajeto, se notabilizou na defesa de um Portugal Império, sob contornos místicos e idealistas.

Palavras-chave: Direita Radical; Portugal Império; Jaime Nogueira Pinto.

ABSTRACT:

This research focuses mainly on two major axes. Initially, we intend to present a set of political forces that stated the right of the New State, and consequently the overseas policy perpetrated by Salazar. From this varied set, although without a great expression, emerges the figure of Jaime Nogueira Pinto. Someone who distinguished himself in the defense of Portuguese Empire under mystic and idealist contours.

Keywords: Radical Right; Portugal Empire; Jaime Nogueira Pinto.

Introdução

A glória do império português está na maneira como soube preservar-se e misturar as raças, culturas e nacionalidades. (Miguel Esteves Cardoso)

¹ Artigo recebido em 12 de junho de 2015 e aprovado em 10 de outubro de 2015.

O discurso de um Portugal orgânico, integracionista, unitário, multirracial, pluricontinental ou imperialista, incorporou-se inteiramente na alma do Estado Novo. O nacionalismo autoritário e conservador do Regime era indissociável de uma atenção pormenorizada à questão imperial ou colonial. O legado do passado deveria de ser purificado no presente e preservado para o futuro. Apenas nos anos derradeiros do Regime, com Marcello Caetano a Presidente do Conselho, o discurso e as políticas perderiam a sua firmeza e o seu rigor histórico. O que importa esclarecer é que a mística imperial e o Império como fundamento da ação política não foram exclusividade de uma certa direita salazarista, tendo-se estendido a sectores que se posicionavam, afirmando-o abertamente, à direita do nacionalismo autoritário de Salazar. A defesa do Império impulsionou a ascensão da extrema-direita no espectro político nacional, que manifestava imensas desavenças críticas ao Regime vigente. Toda essa direita nacional-revolucionário nasceu, viveu e morreu, de alguma forma, com uma defesa intransigente da missão imperial portuguesa, como se tratasse de uma dádiva histórico-política. Em todos os movimentos, organizações e publicações dessa área política, uma ideia radicava no âmago do seu ideário: Portugal Império. A transversalidade, a todos os projetos nacional-conservadores, não obstruía um pluralismo que se fazia sentir nas interpretações de manutenção, salvaguarda e elevação do Império Ultramarino.

Essencialmente, na primeira parte desta investigação, importa esclarecer as visões do Império, as contribuições para a existencialidade do mesmo, tal como revelar a proximidade e os afastamentos que se deram com o Regime, no que toca à questão imperial. Importa ainda esclarecer se, com a queda do Regime e do Ultramar, estas Direitas haveriam de perder ou reforçar a sua força de militância política. Uma das figuras relevantes para a História da Direita Nacionalista na segunda metade do Século XX, será Jaime Nogueira Pinto, que desde jovem nunca deixou de vincar o seu patriotismo e nacionalismo, apesar das evoluções ao longo do tempo. A figura deste fiel defensor do Império, merecerá o devido tratamento na segunda metade deste trabalho, quem por missão, realizar um cruzamento entre a personalidade referida, o contexto das Direitas Radicais no período de Guerra Colonial e após o 25 de Abril de 1974, e a problemática imperialista, como a grande causa das manifestações nacional-revolucionárias. Saberemos de antemão, que os contributos de Nogueira Pinto apresentam um manifesto cunho pessoal e ideológico e como tal, o complemento a essa visão e a observância concreta e comparativa de determinadas visões, granjeará um relevo neste projeto de investigação.

As Direitas Radicais e a Mística Imperial

No período de vivência do Estado Novo, o Império Ultramarino Português sempre se afirmou como marca indelével do Regime e parte integrante de uma Nação que se desejava orgânica. A defesa intransigente dos territórios ultramarinos pelo nacionalismo autoritário conservador que se vivia no Estado Novo, não seria impedimento para o florescimento de alternativas radicais à Direita, movidas por uma paixão ardente de salvaguarda do legado ultramarino. A proliferação de movimentos e perspetivas sobre o Império haviam de ser variadas, embora uma ideia pairasse no âmago de todos eles: o legado colonial teria de ser assegurado a todo o custo.

Ainda no ano de 1960, nas vésperas da deflagração da Guerra Colonial, nasceria o Movimento Jovem Portugal², imbuído por um anticapitalismo radical e por uma defesa acérrima da supremacia europeia. Abertamente críticos de uma certa mestiçagem irresponsável, responsabilizam uma determinada elite africana que se arvorava de independentista, atuando nas lutas de libertação colonial. O movimento recusava o rótulo de racismo, não se querendo assumir como tal, nem se querendo afirmar como detentor de um direito de escravizar outras raças, enquanto parte integrante da civilização europeia, embora não descartassem e não deixariam de assumir a existência de um poder criador que existe na génese da superioridade Europeia. Daqui nasceria a ideia de uma Euráfrica, movida por um historicismo latente, em que o continente europeu deveria cumprir a sua missão civilizadora, evangelizadora e criacionista. Assim, “No Império multirracial onde as injustiças sociais devem desaparecer juntamente com a abolição do capitalismo, o homem branco continua a manter o direito de exprimir hierarquicamente a sua própria superioridade”³. Tal como o Senhor possuía um direito inalienável e histórico sobre o escravo, também aqui o Homem branco detém uma superioridade sobre as demais culturas e povos. Para além da dimensão religiosa, deparamo-nos com uma metafísica. No seguimento desta visão, a luta anticolonial era vista como uma estratégia orquestrada pelo capitalismo internacional, visando a extensão da sua influência através da criação de Estados em África e na Ásia. Assumindo valores como Deus, Pátria, Trabalho e Justiça, defendem um direito de permanecer e lutar pelos territórios ultramarinos portugueses. O abandono e a

² Jaime Nogueira Pinto afirmar-se-á como membro do Jovem Portugal, enquanto estudava na Faculdade de Direito de Lisboa.

³ MARCHI, Riccardo. *Império, Nação, Revolução. As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*, Alfragide: Texto Editores, 2010, p. 106.

resignação somente possibilitarão um caminho de subserviência perante o Washington ou Moscovo.

Entre os anos de 1961 e 1962, surgiriam dois movimentos: Jovem Europa e Frente de Estudantes Nacionalista, respetivamente⁴. Para a FNE, era imperioso realçar o privilégio que Portugal assumiu no cruzamento entre a Europa e África, desmascarando um antieuropeísmo que surgia associado ao bipolarismo EUA/URSS, tal como o domínio afro-asiático da ONU. Com os massacres perpetrados pela UPA, no Norte de Angola em 1961, estava criado um propósito para o surgimento da Jovem Europa. Tal como já havia sido sistematizado pelo MJP, o JE fundamenta que “*Só a dimensão continental europeia e a sua potência imperial podem garantir hoje a identidade dos povos ameaçados pelo imperialismo americano*”⁵. Nestes três movimentos nacionalistas apresentados, afirmando e reafirmando o papel de Portugal como obreiro ultramarino, destaca-se uma transversalidade da vertente europeia, ou seja, é impossível entender o Portugal Império sem relacionar diretamente os desígnios da civilização europeia.

Com a Real União Portuguesa⁶, fundada no ano de 1961, deparamo-nos com novos contributos. Ou seja, no que respeita à estrutura do Império Português previa-se uma divisão em cinco territórios: Lusitânia (Metrópole); Atlântico (Guiné e ilhas do Atlântico); Angola; Moçambique; Oriental (Índia Portuguesa, Timor e Macau)⁷. Afastando-se de uma opção totalizante e unitária, “*a Real União Portuguesa preconiza uma solução federalista para Portugal Império, no qual cada Estado federado seria administrado por ministros próprios, segundo os princípios do social-corporativismo e na garantia da unidade do Império dada pelo Rei e pelo Governo Central*”⁸. Desta forma, deparamo-nos com uma defesa de um Portugal pluricontinental, ancorado em três palcos continentais, para além da nunca negligenciada vocação marítima. A questão imperial nunca deixa de ser um tema crucial nas aspirações da RUP, perante as acusações de um colonialismo clássico que é imputado ao Estado Novo, na salvaguarda dos interesses da elite capitalista nacional. Destarte, a manutenção do Império torna-se imperativa pela segurança dos interesses das populações no Ultramar, pela garantia dos interesses da população que reside na metrópole e pela barreira que cria perante o comunismo. No ano de 1966, a Frente Nacional

⁴ Nas fileiras do JE contam-se nomes como: Caimoto Duarte, Joaquim Aguiar, Paulo Osório de Castro Barbieri ou Fernando Malheiro Dias; quando à FEN, detinha figuras como: Nuno Lousada, Jorge Moreira, Norman Mascarenhas ou Vasco Meireles.

⁵ MARCHI, Riccardo, op. cit., 2010, p. 125.

⁶ Importa esclarecer que a RUP havia tido como predecessor o Movimento da Juventude Monárquica, ou seja, o compromisso monárquico afasta-a de uma linha nacional-revolucionária.

⁷ Cf. MARCHI, Riccardo, op. cit., 2010, p. 172.

⁸ Idem, *ibidem*, p. 176.

Revolucionária⁹, também depositaria na Europa a incumbência histórica de guardiã do Homem branco, afirmando o Exército Português de África como o ideal-tipo da última sentinela da Nação Europeia. Mais uma vez, é recuperada a faceta Europeia e o legado histórico do Homem Europeu, como forças justificadoras do Império Português.

No final do ano de 1967, o meio nacional-revolucionário viria nascer um novo ator: o Movimento Vanguardista, orbitando entre as cidades de Lisboa, Porto e Coimbra. Nas suas teses doutrinárias, os chamados “XXV pontos do vanguardismo”, apela-se ao sacrifício dos interesses temporários de uma geração, desde que esse sacrifício defenda os interesses da Pátria. Este ponto doutrinário destinava-se, obviamente, aos jovens soldados que se encontravam nas frentes africanas, visto que esta panóplia de diretrizes havia sido publicada no ano de 1968¹⁰. Ainda nas teses vanguardistas, defende-se que “*A perfectibilidade do todo, por outro lado, comporta a incompatibilidade de qualquer hipótese [...] de solução da Guerra do Ultramar contrária à estrutura imperial de Portugal pluricontinental*”¹¹. Apesar desta premissa de irredutibilidade do todo nacional e orgânico, o Vanguardismo não deixa de valorizar o papel que o Estado promove e deve continuar a promover na valorização das várias dimensões locais, sendo que a unidade nacional não deveria ser abalada. Na data em que se celebram as teses vanguardistas, também se vislumbra a passagem para o marcellismo, passagem que não vai ser bem digerida. Assim, o Movimento veria em Marcello Caetano um detentor de um discurso confuso no tocante aos interesses ultramarinos portugueses. Perante isto, começasse a recear que venham a ser adotadas estratégias de abandono do Ultramar. Podemos afirmar que ambições federalistas para o Portugal Ultramarino, eram vistas como atentatórias à orgânica nacional e a um Portugal pluricontinental, por parte dos meios nacionais-revolucionários. O discurso promovido pelo Governo marcellista, evidenciando laivos de progressiva autonomia a ser concedida às províncias ultramarinas, levou estas forças da Direita radical a considerá-los como potenciais traidores.

Com o MN¹² (Movimento Nacionalista do Ensino Secundário), assistiremos a uma revolta dos jovens perante uma eventual atitude derrotista que é assumida pelo Regime, visto que na relação com o Ultramar, assiste-se à ideia de que o soldado português em África deve

⁹ A FNR nasceria da criação de antigos dirigentes do Jovem Portugal de Lisboa, do grupo do *Combate* de Coimbra e ainda, de militantes de variadíssimas organizações nacionais-revolucionárias que haviam surgido na primeira metade dos anos 60.

¹⁰ Cf. MARCHI, Riccardo, op. cit., 2010, p. 348.

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 348.

¹² O Movimento Nacionalista surge no ano de 1972, tendo como publicação o boletim *Posição* (1972-1973); sem uma grande referência organizativa, passa por estabelecer contactos entre estudantes dos liceus da capital e os colegas de Coimbra e Porto.

assumir um papel de “policia neutro”. Perante uma política defensiva protagonizada pelo Regime, defende-se uma política ofensiva, ou seja, propaga-se a ideia de que o soldado português deve assumir uma postura de combate patriota perante as cobiças dos imperialismos estrangeiros¹³. Também a Cidadela¹⁴ exerceu influência sobre as camadas mais novas, no sentido de aderirem ao projeto euro-africano do “Grande Espaço Português”, com a promoção dos nacionalistas-revolucionários de Coimbra. Esta perspetiva tendia a ver o Império, não como um elemento estático, adquirido ou imutável, mas como um caminho a percorrer, uma dinâmica de destino para o mundo lusitano. A materialização desta “revolução imperial”, deverá consistir no seguinte: “os nacionalistas radicais propõem a transferência da capital de Lisboa para Luanda (sendo Angola a maior parcela territorial)”¹⁵. No seguimento, Portugal manter-se-ia como designação para a totalidade do espaço, revelando-se desse modo, a especificidade euro-afro-asiática de Portugal. Talvez este argumento, por via de uma institucionalização efetiva, pudesse legitimar o Império Ultramarino perante um Mundo Político apreensivo perante a realidade portuguesa. Aqui, o imperialismo deixa de fazer sentido, optando-se por designar a Metrópole e as Províncias Ultramarinas como parte integrante de um “Grande Espaço Português”.

No âmbito das publicações de cariz nacionalista, destaca-se a Revista *Tempo Presente* (1959-1961), que assentava num ideal de nacionalismo universalista, recusando particularismo e chauvinismos, ou seja, a dimensão nacional extravasa áreas territoriais. Assim, a Europa passaria a assumir um lugar relevante na geopolítica, confluindo com um projeto consubstanciado na Euráfrica, em que esta assumir-se-ia como elemento incorporado no nacionalismo revolucionário português, devido à ligação que África assume com a identidade europeia. Aquando do eclodir da guerra em Angola, a março de 1961, a Revista apresenta uma visão singular: um complô havia sido perpetrado pela comunidade internacional, causando os massacres realizados pela UPA¹⁶. Assim, a dimensão pluricontinental e integracionista do Império não é colocada em causa do ponto de vista interno, ou seja, pela não identificação de movimentos de libertação como possíveis orquestradores dos massacres. Mas o agressor é apresentado como resultado de uma aliança entre democratas e comunistas, que outrora haviam combatido e lutado em conjunto contra os nacionalistas na Guerra Civil Espanhola: “Washington e Moscovo declararam guerra a Portugal na frente diplomática da ONU, na frente militar

¹³ Cf. MARCHI, Riccardo. “As Direitas Radicais no Estado Novo (1945-1974)”, *Ler História*, 57: Lisboa, 2009, p.108.

¹⁴ No final do ano de 1970, nasce a Cooperativa Livreira Cidadela, afirmando-se como Cooperativa Cultural no sentido de prestação de serviços aos estudantes de Coimbra; Funcionado no espaço ideológico nacionalista tenta financiar a produção e divulgação da cultura radical.

¹⁵ MARCHI, Riccardo, op. cit., 2009, p. 109.

¹⁶ Cf. MARCHI, Riccardo, op. cit., 2010, p. 39.

armando os rebeldes de Angola, e na frente interna sustentando os anti-salazaristas”¹⁷. A defesa intransigente do Império permite algumas desconfianças para com o Regime, embora a tenacidade Salazarista em defender a todo o custo as províncias ultramarinas, firmou-se como um baluarte para os nacionais-revolucionários, mesmo no momento de transição para o marcellismo e quando a desagregação do Império verifica-se como uma possibilidade. Apesar de tudo, Salazar é um símbolo de defesa dos interesses ultramarinos, o garante da unidade nacional. Ainda nas publicações nacionais-revolucionárias, a Revista *Política* (1969-1974)¹⁸ assumirá o legado de defesa intransigente da integridade e unidade nacional, defendendo, sem qualquer tipo de receio, que o Ultramar é parte integrante de Portugal, devendo deste modo, ser preservado para todo o sempre. Afirma-se por uma recusa de propostas como federações, associações comunidades para o Portugal Ultramarino, defendendo somente o conceito de Integração como palavra de ordem. O Ultramar é entendido como uma vocação nacional, que deve ser pensado enquanto destino de Portugal, sujeito a uma conceção divina¹⁹.

Em junho de 1973, a revista *Política* debruçava-se sobre o I Congresso dos Combatentes, com realização na cidade do Porto. Deste modo, Jaime Nogueira Pinto, no papel de Diretor da revista, recordaria que o Regime, ao longo de 12 anos de guerra colonial, evitou a todo o custo a formação de uma associação de antigos combatentes do Ultramar. Ou seja, a alternativa, após o regresso dos campos de batalha, passaria pela Liga dos Amigos Combatentes, que remontava aos veteranos da I Guerra Mundial. Segundo este, “o Congresso dos Combatentes, apesar do boicote interno e externo por parte do regime, representou a última afirmação, por parte da juventude portuguesa, da fidelidade incondicional e ativa à integridade territorial do Portugal Império”²⁰. Mas sobreviverá a direita radical e o espírito nacional-revolucionário ao 25 de Abril de 1974? A defesa do Portugal Império cairá em desuso, sendo ultrajada pelas forças transitórias, ou continuará a afirmar-se como leitmotiv destas forças políticas?

Enquanto foi possível, a luta por um Portugal Íntegro manteve-se em marcha, desde logo na interpretação bastante original, diga-se de passagem, que o movimento nacionalista realizou sobre o 25 de Abril de 1974. Assim, o mesmo passava a saudar as Forças Armadas pelo derrube que impuseram ao Regime, acusando-o de traidor e de hipotecar os interesses da Nação Portuguesa. A manutenção de um Portugal unido deve ser motivo de consideração perante

¹⁷ Idem, *ibidem*, pp. 39 e 40.

¹⁸ Jaime Nogueira Pinto será o Diretor da Revista, que desempenhará um papel relevante entre os meios nacionais-revolucionários.

¹⁹ Cf. MARCHI, Riccardo, op. cit., 2010, p. 320.

²⁰ Idem, *ibidem*, p. 382.

qualquer que seja o sistema político a adotar futuramente. Perdida a esperança com o spinolismo e sucedendo-se aprisionamentos a partir de 28 de setembro de 1974, os jovens militantes nacionalistas abraçam duas estratégias: uns partem exilados para Espanha; outros aderem, criam e fomentam pequenos grupos de cariz nacionalista²¹. Numa possível geografia da extrema-direita, entre os anos de 1976 e 1980, o campo nacionalista irrompe em cinco grandes áreas: o campo dos partidos políticos; o campo dos movimentos políticos; a área da imprensa militante; a área das estruturas meta-políticas e a área dos movimentos sociais²². A componente dos movimentos sociais, repartida por quatro sub-categorias, tem uma subcategoria dirigida e centrada para as questões relacionadas com a descolonização, visto que essa primeira subcategoria se forma por uma panóplia de organizações que se constitui em torno dos portugueses afetados pelos processos de descolonização. São exemplos, a Comissão dos Interesses dos Desalojados (1978), a Organização de Defesa dos Ultramarinos (1979), o Movimento dos Desalojados e Emigrantes Portugueses (1979), a Inter-Organização dos Refugiados e a Associação dos Portugueses Refugiados do Ultramar, sendo que estes dois últimos casos tentaram, embora sem êxito, constituírem-se como Partido Político dos refugiados, visando uma denominação como Frente de Ressurgimento Nacional (FRATERNA). Torna-se objetivo que a reabilitação dos retornados se assume como tema central para os movimentos da direita radical saída dos processos de transição, somente possibilitado por uma certa normalização democrática e pluralismo ideológico e partidário, que saíam da Constituição de 1976: “Ao longo de todo o processo de transição e normalização da democracia portuguesa, o meio dos retornados permanece um alvo privilegiado da extrema-direita, que tenta repetidamente enquadrá-lo num sentido anti-sistema”²³. Na realidade, nunca a extrema-direita conseguiria um apoio substancial por parte dos retornados, sendo que esse descontentamento acabaria, de certo modo, por ser canalizado para forças políticas como o PSD e o CDS. O tema dos retornados como preocupação fundamental para a direita radical, somente se afigurou como revelador de uma certa fragilidade que percorria o movimento, tal como demonstrou uma incapacidade para sistematizar um programa político amplo. A canalização de forças para a temática dos retornados ou refugiados portugueses, revelava uma incapacidade ideológica notória. Parecia que a direita radical, de teor nacionalista, estava momentaneamente afastada dos palcos da política nacional. As repercussões do passado faziam-se sentir no presente.

²¹ Idem, *ibidem*, pp. 370 e 371.

²² MARCHI, Riccardo. “A extrema-direita portuguesa na “Rua”: da transição à democracia (1976-1980)”, *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, (18) 1, 2012, p. 169.

²³ Idem, *ibidem*, pp. 172 e 173.

Por tudo isto, abordar as direitas radicais e o nacionalismo revolucionário em Portugal, torna-se inseparável de uma identificação dos mesmos com a ideia de Império. Esta é a ideia que formaliza o surgimento de todos estes movimentos políticos. Segundo Riccardo Marchi, “o fator central para entender a escolha política do nacionalismo radical não é o regime, mas o Império. Neste sentido, o Império deve ser entendido como uma ideia-valor não gerada pelo Estado Novo, pelo autoritarismo, pelo fascismo, mas pela História, material e espiritual, de Portugal”²⁴. Não terá sido a ideia de Império, ferozmente apropriada por estas Direitas, passado de um mero fanatismo ideológico, fundamentando algo que surgia como altamente vulnerável? O próprio Jaime Nogueira Pinto fala dessa mística imperial, como ponto doutrinário, em que a abstração imperial²⁵ dominava o espírito militante das juventudes nacionalistas, embora nunca tivessem contactado com o solo das províncias ultramarinas e a sua realidade.

Jaime Nogueira Pinto: Imperialismo e Descolonização em África

Jaime Nogueira Pinto sempre se afirmou como um radical de Direita: primeiramente, haverá de ingressar nas fileiras de um nacionalismo revolucionário, com um pendor romântico e idílico, elevando a ideia de Império a elemento supremo de uma entidade nacional integradora e íntegra; ao longo dos anos, “perdeu” uma certa visão idealista, mas nunca negligenciando o nacionalismo, sendo que as questões do Portugal Império e posteriormente, as ex-colónias, não deixariam de ser temas que lhe granjeariam imensa motivação

*Na senda do Estado Novo, o império ultramarino surge como elemento incorporado no conceito de Nação, sendo que se afirma, no palco territorial, demográfico, económico e diplomático, como fator de afirmação nacional, tal como afirma o nome de Portugal no plano mundial e peninsular*²⁶.

A afirmação que transparece na mais recente publicação de Nogueira Pinto sustenta uma determinada visão do Império Ultramarino Português, que seria perfilhada pelo Estado Novo (versão Salazarista), tal como dos restantes nacionalismos, sendo que o próprio revê-se nessa visão. Com o despoletar da Guerra Colonial, apresenta-se o fator primordial para o seu ingresso nas fileiras do nacionalismo revolucionário, tal como no Jovem Portugal. Como já foi explicado,

²⁴ MARCHI, Riccardo, op. cit., 2010, p. 389.

²⁵ Cf. PINTO, Jaime Nogueira. *Jogos Africanos*. 4ª Edição, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011, p.16.

²⁶ PINTO, Jaime Nogueira. *Portugal: Ascensão e Queda*. Alfragide: Dom Quixote, 2013, p. 173.

a defesa incondicional do Império, da África Portuguesa, incorporava-se na doutrina e ideologia seguidas. O euro-africanismo e a questão ultramarina, segundo as forças nacionalistas, vistos pelo próprio: “O nacionalismo, revolucionário ou conservador, justicialista ou liberal, modernizante ou reaccionário, viveu, sobretudo entre 1961 e 1975, centrado sob a questão ultramarina, ou seja, pela defesa do Ultramar e pelo projeto nacional de dimensão euro-africana”²⁷. Como já foi elucidado, a descolonização viria provocar um profundo embaraço às aspirações desta Direita. A condição de um Portugal circunscrito ao “retângulo europeu” e às ilhas atlânticas colocaria perplexidades sobre a viabilidade nacional.

Da mesma forma que esta Direita dependia da vivência imperial, a Direita Institucional, pela mão do Estado Novo, ou seja, o nacionalismo, autoritário e conservador, era indissociável do Império Ultramarino. Assim, o Estado Novo defendia uma independência nacional, firmada por uma razão de Estado, que passaria pela continuidade do domínio ultramarino, em que o conjunto metrópole-colónias/territórios ultramarinos deveriam ser compreendidos como um todo, não apenas por uma vertente territorial ou economicista, mas também sob os prismas da moral e da política. Todo este projeto, começaria a ser posto em causa após a II Guerra Mundial: “Por razões mais globais, a Segunda Guerra marcaria o triunfo das democracias partidárias e parlamentares na Europa Ocidental, e na ordem internacional, o advento de princípios hostis à existência de impérios ultramarinos como o português”²⁸. Deste modo, Nogueira Pinto argumenta que a expansão portuguesa assenta em pressupostos ideológicos que passariam por uma missão civilizacional, implicando uma superioridade da civilização tutelar (neste caso, ocidental e cristã), em relação às civilizações ou culturas tuteladas (como seriam os asiáticos, ameríndios ou africanos)²⁹. Partindo desta premissa, defende o caso português como uma exceção no que toca à visão imperial, ou seja, os territórios descobertos, conquistados e explorados deveriam de ser compreendidos perante o todo nacional, numa interpretação orgânica. No seguimento desta linha de pensamento, recorda-se que a assimilação das colónias ao território nacional, afirmando-se como áreas de importância vital, política e economicamente, remontava ao constitucionalismo do século XIX. Por sua vez, o Estado Novo, tal como a I República, havia continuado a defesa dos ideais de patriotismo ultramarino. O Império e o Ultramar afirmavam-se como essência da Nação, mas não se ficaria por uma mera vanglória dos espaços, continuando a viver-se uma abstração? As populações originárias dos territórios ultramarinos foram, eram

²⁷ PINTO, Jaime Nogueira. *A Direita e as Direitas*. Lisboa: Difel, 1996, p. 188.

²⁸ PINTO, Jaime Nogueira, op. cit., 2013, pp. 206 e 207.

²⁹ Cf. Idem, *ibidem*, p. 209.

ou seriam alguma vez compreendidas à luz de critérios horizontais, sem discriminações, tais como as populações da Metrópole ou os colonos?

A defesa do Ultramar, em especial o Ultramar africano, afirmava-se como fator primordial para a devida garantia da independência nacional. Deparando-se com esta imensa necessidade histórico-política e diga-se, espiritual, tudo o mais era repensado e colocado num segundo plano. Com esta necessidade perdurando ao longo de 13 anos, visto que a Guerra em África decorreria entre os anos de 1961 e 1974, podemos antever todas as fragilidades que daí sucederiam, devido a uma secundarização forçada de ordem de trabalhos. Quando em 1961, Salazar proferia o célebre “rapidamente e em força”, acalentava as esperanças de toda uma Direita que nunca abdicaria da mística imperial. Com o ano de 1963, surgiria o apoio discreto, mas substancial, dos EUA a Portugal, ao qual se juntariam as grandes potências da NATO (França, Grã-Bretanha e RFA):

O bloco ocidental temia pelo destino dos territórios ultramarinos na balança Leste-Oeste, caso Portugal fosse forçado a abandoná-los, e a natureza comunista dos movimentos de libertação obstava a que os governos dos países ocidentais apoiassem discretamente. Por tudo isto, a hostilidade a Lisboa seria mais formal e verbal do que real³⁰.

Na senda de um realismo político, muito apoiado por Franco Nogueira, uma argumentação fundada na ideia de que Portugal estava a proceder bem na guerra, detendo condições matérias e vontade política para a poder realizar, afirmavam-se como argumentos astutos no palco internacional. Outro argumento que o nacionalista aponta para a legitimação do Império, repercute-se com a natureza não segregacionista da civilização portuguesa. Mas se a mesma não encarava mecanismos idênticos àqueles que haviam sido praticados no apartheid da África do Sul ou na Rodésia, nunca deixou de aplicar outras práticas como poderão ser vistas como segregacionistas, desde logo, nas condições laborais e de cidadania ou ainda, na inexistência de representação política, que atingiam as populações nativas. Jaime Nogueira Pinto recorda ainda que o controlo militar e a segurança³¹ que se observavam nos territórios africanos permitiu “*que o povoamento e a economia dos territórios se desenvolvessem exponencialmente*”³², salientado que Angola, entre os anos de 1963 e 1973, havia crescido 7% ao ano (taxa de

³⁰ Idem, *ibidem*, p. 217.

³¹ O autor não deixa de enfatizar a problemática da Guiné, território que se afigurava como uma exceção no que toca ao controlo militar e segurança que se vislumbrava nas demais províncias ultramarinas.

³² PINTO, Jaime Nogueira, op. cit., 2013, p. 226.

crescimento médio anual). Também a emigração metropolitana funcionará como argumento, usado pelo Governo, para legitimar o Ultramar. Não poderemos menosprezar uma relação direta que existiu entre crescimento demográfico e económico e afirmação/legitimação perante a ordem internacional. O ex-militante nacional-revolucionário alegará que a opinião pública e as famílias passaram por um período de adaptação a uma ideia de conflito de longa duração, como aquele que ocorreria no Ultramar. Desse modo, a manutenção do mesmo era acompanhada como alguma normalidade e razoabilidade³³, sem se negligenciar a oposição por parte de alguns sectores da sociedade, sem bem que o entusiasmo não era manifesto. Mais uma vez, parece haver, neste argumento de Nogueira Pinto, uma certa ofuscação das condicionantes materiais que afetavam a grande maioria da população portuguesa. O analfabetismo e a iliteracia, que ultrapassam os 80 %, e até mesmo os 90 %, certamente funcionariam como um entrave para entender de uma forma exequível e séria a conflitualidade que se fazia sentir no Ultramar Português.

Anos mais tarde, a ação do marcellismo revelar-se-á nefasta na medida em que desagregaria o sentimento nacional no que respeita à unidade entre Ultramar e Metrópole, destruindo a perspetiva integradora, as bases ideológicas e políticas de defesa dos territórios e populações portuguesas, lançando os pressupostos de uma política de abandono, que seria concretizada com o “golpe militar esquerdista de 1974”³⁴. A chegada de Marcello Caetano a Presidente do Conselho constitui a ascensão de simpatias a ideias federalistas ou descentralizadoras para a administração colonial. Como é denunciado e combatido pela Direita radical, este momento marca uma passagem daquilo que havia sido uma política integracionista do Ultramar, para uma política contenciosa, pragmática ou defensiva. Provavelmente, a revisão constitucional celebrada no ano de 1972, que vincaria uma progressiva autonomia dos territórios, anunciava a queda do Império, manifestando uma independência a prazo. O Império começa a ceder ou a ser cedido: “*Na África defendíamos, acima de tudo, as próprias fronteiras da Nação*”³⁵. Parafraseando o próprio, sustentado a tese que tem sido afirmada, nas vésperas do 25 de Abril, o que identifica a Direita em Portugal, é uma unidade em torno da ideia de defesa do Ultramar, apesar das diferenças entre integracionistas, unitaristas ou federalistas³⁶.

³³ Ainda no Século XX, essencialmente no rescaldo dos processos de descolonização, Jaime Nogueira Pinto afirmará com um maior vigor e tenacidade que o País respondia com firmeza e talvez, entusiasmo, à defesa de Portugal Império. Defende também a existência, à época, de um consenso dominante no sentido de se aguentar os esforços da Guerra.

³⁴ Cf. PINTO, Jaime Nogueira. *O Fim do Estado Novo e as Origens do 25 de Abril*. Linda-a-Velha: Difel, 1995, p. 285.

³⁵ Idem, *ibidem*, p. 286.

³⁶ PINTO, Jaime Nogueira, op. cit., 1996, p. 234.

Aquando do momento de transição política, no contexto do MFA, defende que Spínola surgia como a figuras mais conveniente para o anúncio da descolonização, pela sua anterior participação no palco de guerra, tal como o patriotismo que representava: “*Só um símbolo da defesa do Império poderia anunciar ao país o seu abandono*”³⁷. Este período de transição, marcado por um silenciamento³⁸ das forças que se opunham à descolonização, é visto como um “período radicalizante” (1974-1975), em que o governo português demonstrou ser um instrumento ao serviço dos interesses soviéticos em África, movidos por um “soviete de capitães” que pretendia desembaraçar-se rapidamente das províncias ultramarinas³⁹. Na realidade, o programa de descolonização do MFA, apontado um conjunto de etapas (cessar-fogo, pacificação e auto-determinação), não se concretizaria, motivada por uma descolonização acelerada por parte do Governo de Lisboa. Nogueira Pinto, apontará que a escolha política do MFA, no respeitante à descolonização dos territórios africanos, “*causou mais vítimas nos territórios da Guiné, Angola e Moçambique, que todos os anos de guerra*”⁴⁰. O mesmo, não deixa de recordar um aspeto algo negligenciado por parte da propaganda: a partir dos anos 70, mais de metade dos homens armados que lutavam no Ultramar contra os movimentos de libertação, seriam pretos. Segundo o autor, este fenómeno evidenciava uma realidade concreta da África Portuguesa. Com o desmantelamento do Império Ultramarino, a Direita radical, parece enredar-se em argumentos desesperados como motivos justificadores e legitimadores do Império. A sovietação dos processos de descolonização, tal como o beneplácito das demais forças políticas⁴¹, é um argumento recorrente nas forças de extrema-direita. É desse modo, que a oposição liderada por Mário Soares, é acusada de ter preferido juntar-se à “*filial portuguesa do PCUS, na descolonização, o que significa: uma entrega imediata e incondicional à União Soviética, dos territórios ultramarinos*”⁴². Daqui, deparamo-nos com uma contradição entre Partidocracia e Nação Portuguesa Pluricontinental, ou seja, o dilema coloca de um lado, o País, e por outro, a Democracia, sendo que o Novo Regime optaria claramente pela Democracia. Embora esta encruzilhada, apresentada por Nogueira Pinto e claramente defendida pelas direitas nacionalistas, possa ser interessante para clarificar opções, não passa de um reducionismo extremo. Basicamente aqueles que decidiam a favor da

³⁷ PINTO, Jaime Nogueira, op. cit., 2013, p. 250.

³⁸ Neste caso, salienta-se o MFA e o PCP como protagonistas desse silenciamento.

³⁹ PINTO, Jaime Nogueira, op. cit., 1996, p. 189.

⁴⁰ PINTO, Jaime Nogueira, op. cit., 1995, p. 314.

⁴¹ Na obra *Jogos Africanos*, Nogueira Pinto salienta que Álvaro Cunhal desejava uma descolonização que encarrilhasse nos interesses soviéticos; por sua vez, Mário Soares e Sá Carneiro queriam uma descolonização acelerada, independentemente do resultado; por último, Melo Antunes e a ala radical do MFA seguiam a primeira visão, apesar de algumas reservas.

⁴² PINTO, Jaime Nogueira. *Portugal – Os Anos do Fim*, vol. II. Lisboa: Sociedade de Publicações Economia e Finanças, 1977, p. 265 e 266.

Democracia estariam a hipotecar a Nação e os seus “desígnios imperialistas”. O argumento é extremamente forçado perante o quadro nacional e internacional com que nos deparamos, aquando dos processos de negociação para a descolonização dos territórios ultramarinos.

Uma descolonização rápida, inconsciente e irresponsável é a visão de Jaime Nogueira Pinto, recordando os comandos africanos do exército português que foram fuzilados na Guiné, que já havia obtido a independência por decisão da ONU, as próprias autorizações concedidas ao FNLA, ao MPLA e à UNITA para se instalarem em Luanda com 600 homens armados, abrindo-se espaço para o deflagrar de uma Guerra Civil, tal como a desresponsabilização que percorreu todos os Governos Provisórios que se seguiriam aos Acordos de Alvor, celebrados em Janeiro de 1975. Para além destas decisões erradas sobre a questão africana, também os prejuízos se abateriam sobre os colonos, “Assim, ficariam em Angola, como em Moçambique, as sementes de longas guerras civis”⁴³. Todas estas acções e decisões pesaram abundantemente sobre o futuro destes povos, mas as alternativas a essa descolonização não eram, na realidade, manifestas. Sem esquecer as dificuldades que os próprios territórios, povos e tribos acarretavam desde o passado colonial. O legado era vasto e as consequências altamente negativas que a descolonização provocou, manifestavam, de alguma forma, a ruína e os problemas que vinham de um passado imperialista que o Estado Novo não repensou. Por outro lado, o fervilhar ideológico e o próprio fanatismo anti-fascista que invadia a sociedade portuguesa nesse período, também contribuíram para o desmantelamento despreocupado que se efetivou sobre o Ultramar. Desmantelamento que tinha forçosamente de passar por uma ação adversa ao Estado Novo, evidenciado o total desapego para com o Antigo Regime: “Abandono puro e simples, como forma de contrariar a política de integração de Salazar”⁴⁴. O plano internacional, perante um europeísmo incapaz ou com falta de vontade para integrar os povos dos seus impérios, vi-os revoltarem-se contra o centro,

*Por tudo isto, o fim dos impérios era talvez irremediável e aconteceu – embora fosse desnecessário o modo como, entre nós, o império acabou, num “salva-se quem puder” feito também de cobardia, irresponsabilidade e auto-humilhação. Portugal, os portugueses de África e os povos dos novos países independentes, poderiam ter sido poupados à fuga, à miséria e à guerra civil*⁴⁵.

Teremos necessariamente de corroborar com a argumentação de cariz nacionalista, quando afirma e reafirma os prejuízos provocados pela descolonização que se deu, embora a

⁴³ PINTO, Jaime Nogueira, op. cit., 2013 p. 253.

⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 253.

⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 258.

apresentação de soluções alternativas a essa mesa descolonização é inexistente. A questão coloca-se: Perante o contexto histórico, económico e sócio-político, que descolonização alternativa para fazer face a eventuais problemas posteriores? A direita nacionalista radical, pela sua visão apaixonada e algo fantasiosa do império, não consegue descortinar as causas reais que possibilitaram essa mesma descolonização: pulverização do poder interno, falta de operacionalidade das Forças Armadas no terreno e rápida internacionalização das Guerras de África⁴⁶.

Aquando da transição para a Democracia, quando a independência ainda não tinha sido concedida aos povos africanos, Jaime Nogueira Pinto haveria de ser deslocar para Angola, mantendo por lá, uma postura de não resignação diante os acontecimentos vividos. Desde logo, através da criação da Frente Revolucionária de Angola (FRA), que tinha o intuito de fomentar uma ação psicológica, baseando-se numa atividade de *agitprop*: “A ideia que passávamos era a de que existia uma forte organização secreta de resistência ao MFA, e que quem aderira a essa sofisticadíssima rede clandestina passava a fazer parte de uma poderosa máquina subversiva”⁴⁷. Na sequência desta intentona subversiva, o movimento conseguiria recrutar e realizar algumas operações, visando o objetivo de alterar o atual estado de coisas.

Findado o Portugal Império e de alguma forma, as aspirações das Direitas radicais, constata-se um vazio no campo que se posiciona mais à direita no espectro político nacional, “Com a descolonização, um elemento central do discurso nacionalista português desaparecia, muito embora a por vezes anunciada “crise de identidade” nunca tenha emergido de forma palpável”⁴⁸. No ano de 1978, uma grande maioria dos portugueses, quase 70%, haveria de expressar que Portugal fez o mais correto aquando da descolonização, sem nunca descurar os direitos dos portugueses lá sediados. Contudo, somente 2,2 % manifestava uma opinião favorável à continuação da luta contra os movimentos independentistas⁴⁹. No quadro da Direita radical e da ideologia nacionalista em Portugal, cessado o Império Ultramarino, haveria esperança para a Nação? Jaime Nogueira Pinto, não restringe a Nação a fatores temporais ou espaciais, não devendo a existencialidade portuguesa ser posta em causa:

⁴⁶ Cf. TELO, António José. *História Contemporânea de Portugal: Do 25 de Abril à Actualidade*, vol. II. Lisboa: Presença, 2008, pp. 151 e 152.

⁴⁷ PINTO, Jaime Nogueira, op. cit., 2011, p. 27.

⁴⁸ PINTO, António Costa. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p.82.

⁴⁹ Cf. Idem, *ibidem*, p. 83.

Há quem sustente que a defesa do ultramar é imprescindível porque a sua perda implicaria a perda da independência de Portugal. Não estou de acordo. Está claro que Portugal sem o ultramar ficaria extraordinariamente diminuído no Mundo, perderia muito do seu peso e da sua projeção, [...] mas a independência de Portugal está no coração, na alma, na vontade dos Portugueses⁵⁰.

Conclusão

O Império Ultramarino, enquanto elemento doutrinário e abstrato, foi o grande, senão o único, impulsionador do nascimento do nacionalismo revolucionário em contexto de Regime Salazarista e de Guerra Colonial. O romantismo ideológico dos jovens estudantes que aderiam a estas militâncias radicais, haveria de ter no legado do Portugal Império e na sua conseqüente manutenção, a todo o custo, a principal razão para essas adesões. Exemplo disso foi Jaime Nogueira Pinto, que aquando da sua formação académica e universitária na Faculdade de Direito de Lisboa, viria a aderir ao movimento nacional-revolucionário pelo impacto que a questão imperial provocava na vida nacional e na forma de entender a Nação Portuguesa. Se essas Direitas radicais haviam nascido, imbuídas de um espírito integracionista e ultramarino, a sua vivência enquanto participantes na vida política também se deveria aos efeitos do Portugal Império. Com o 25 de Abril de 1974 e a transição democrática, as fações nacionalistas da Direita Portuguesa, ficariam órfãs do ponto de vista programático e do ativismo político. A descolonização, materializando a queda de um Portugal Império, havia de ser o destino funesto para uma direita nacionalista, muito própria e singular nos seus matizes doutrinários. Com a radicalização do PREC, mais essa Direita desaparecia do mapa político, apesar de algumas aparições subseqüentes, embora sem grande relevância.

Jaime Nogueira Pinto foi e continua a ser defensor de uma visão muito própria, talvez há muito ultrapassada, de um Portugal com províncias ultramarinas. Cedo ascenderia aos meios nacionalistas, envoltos numa tremenda divinização do Império, sendo que nunca compreendeu e aceitou o processo de descolonização, rápido e desresponsabilizado, das colónias portuguesas. Defendendo a política integracionista que Salazar tomava para o Império, nunca se reviu na política ultramarina do marcellismo, acusando-o de desfraldar as aspirações da Nação. Não obstante o seu vincado percurso de militância política e correligionário dos ideais nacionalistas, não deixa de se notar, neste século XXI, um discurso bastante mais moderado e

⁵⁰ PINTO, Jaime Nogueira, op. cit., 1995, p. 300.

ponderado sobre a questão imperial, em comparação com aquele que protagonizava nas décadas imediatas à descolonização africana. O seu anti-comunismo explica as acusações de sovietação do 25 de Abril de 1974, tal como das províncias ultramarinas, que mantém inalteradas. Essa sovietação dos acontecimentos e a descolonização, irresponsável no seu entender, afirmam-se como dois fatores de crítica a um passado recente que pretendia uma normalização democrática. Se Portugal perdeu o seu Ultramar, também pelo contexto internacional da época, tornando-se mais frágil e pobre, nem por isso se perdeu a singularidade da Nação Portuguesa. Para o próprio, o sentimento de pertença e de sentir Portugal, nunca poderia sair abalado.

Fontes e Referências bibliográficas

MARCHI, Riccardo. “A direita radical na Universidade de Coimbra (1945-1974)”, *Análise Social*, vol. XLIII (3.º): Lisboa, 2008, pp. 551-576.

MARCHI, Riccardo. “As Direitas Radicais no Estado Novo (1945-1974)”, *Ler História*, 57: Lisboa, 2009, pp. 95-110.

MARCHI, Riccardo. *Império, Nação, Revolução. As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*, Alfragide: Texto Editores, 2010.

MARCHI, Riccardo. “A extrema-direita portuguesa na “Rua”: da transição à democracia (1976-1980)”, *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, (18) 1, 2012, pp. 167-186.

PINTO, António Costa. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

PINTO, Jaime Nogueira. *Portugal – Os Anos do Fim*, vol. II. Lisboa: Sociedade de Publicações Economia e Finanças, 1977.

PINTO, Jaime Nogueira. *O Fim do Estado Novo e as Origens do 25 de Abril*. Linda-a-Velha: Difel, 1995.

PINTO, Jaime Nogueira. *A Direita e as Direitas*. Lisboa: Difel, 1996.

PINTO, Jaime Nogueira. *Jogos Africanos*. 4ª Edição, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011.

PINTO, Jaime Nogueira. *Portugal: Ascensão e Queda*. Alfragide: Dom Quixote, 2013.

TELO, António José. *História Contemporânea de Portugal: Do 25 de Abril à Actualidade*, vol. II. Lisboa: Presença, 2008.